

## Rede de proteção

A senadora Heloísa Helena está enfrentando resistências dentro do PT para aprovar a convocação da advogada Adriana Barreto no Conselho de Ética do Senado.

Uma das testemunhas de acusação do senador Antonio Carlos Magalhães, no caso das escutas ilegais na Bahia, Adriana já declarou que está disposta a comparecer, mas vários senadores – entre os quais Aloizio Mercadante – argumentam que seu depoimento é desnecessário.

Segundo eles, a advogada não teria nada a acrescentar ao que já disse à Polícia Federal.

Trata-se de uma justificativa no mínimo estranha. Primeiro, porque, sendo os dois procedimentos de naturezas diversas – e quanto a isso todos concordam –, os processos de investigação devem seguir paralelos e não de forma excludente.

Em segundo lugar, se o conselho decidiu ouvir outras testemunhas de acusação – também arroladas pela PF –, como os deputados vítimas dos grampos e os dois jornalistas que asseguram ter ouvido de Antonio Carlos a confissão de que foi o mandante do crime, não há motivo para deixar uma delas de lado.

A não ser que os senadores considerem que o depoimento de Adriana Barreto vá criar constrangimentos indesejáveis ao senador. Neste caso, a posição do PFL faz sentido, por partidária. Mas o PT precisa detalhar com um pouco mais de nitidez seus motivos para dispensar a testemunha por antecipação.